

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Jornal de Brasília

Class.:

1202

Data:

06.06.85

Pg.:

Kaingang dispostos a lutar pelas terras



Os índios Kaingang estão determinados a morrer ou matar mas querem antes uma solução

A morrer de fome sem dignidade, os índios kaingang, de Toldo Chimbanguê, município de Chapecó em Santa Catarina, preferem morrer lutando. Esta é uma causa boa para se morrer e também para matar. Da urgência com que o Governo se movimentar para solucionar a questão da demarcação de nossas terras, dependerá evitar uma tragédia. A afirmação é dos representantes dos índios Kaingang em nota divulgada ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Os índios não aceitam mais essa humilhação. A comunidade não consegue entender o que ainda se deseja mais, que outros trâmites se exige, que último detalhe ainda falta se é sabido que a Funai, no processo 0975/83 já definiu que o Toldo Chimbanguê é área indígena. De modo igual, o Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Decreto 88.118/83 decidiu em sua reunião do último dia 30 de maio que a área a ser demarcada para os índios é de 1.885 hectares, diz a nota, afirmando que para sua entrega há somente que reassentar os colonos e "para tanto basta vontade política".

"Esta vontade" — prossegue — "que a comunidade esperava encontrar na Nova República revela-se dúbia ou inexistente. E na Nova, como na Velha República ou recém encerrada ditadura militar, os interesses eleitores parecem prevalecer sobre o direito e a justiça.

Assim, como faziam os governos autoritários, também a Nova República se escuda em derradeiras filigranas burocráticas para, em última análise, continuar

negando aos Kaingang o que é seu, dizem os índios salientando, ainda que "a partir desta data, consideram-se legitimados para buscar, por meios próprios, aquilo que o Estado, após três anos de burocracia afinal inútil, não lhes alcançou" e advertem: "como estarão agindo devido à omissão deste mesmo Estado, a ele caberá a responsabilidade por todo o mal que acontecer a brancos ou índios".

Expulsão

Na última terça-feira, dois mil e 500 kaingang expulsaram sete famílias de posseiros que ocupavam suas terras, no Posto Indígena de Mangueirinha. Essas terras, de acordo com fonte da Funai, são requeridas pelo Grupo Slaviero que delas diz ser o dono. Essa área é de oito mil 796 hectares e foi loteada ilegalmente pelo ex-governador paranaense Moisés Lupion.

O litígio se arrasta há mais de 20 anos, sendo que há três o processo encontra-se no Tribunal Federal de Recursos (TFR) em mãos do ministro Leitão Krieger, sem qualquer definição.

Na terça-feira, o índio Marcos Terena, ex-chefe de Gabinete da Funai e atual Assessor para Assuntos da Cultura Indígena do Ministério da Cultura, solicitou ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra, providências no sentido de encaminhar forças da Polícia Federal à área para evitar conflitos entre índios e brancos.

Os representantes da comunidade kaingang tentaram naquele dia contato com o presidente da Funai, Gerson da Silva Alves e com o superintendente do órgão, Apoena Meirelles, mas ambos se encontravam viajando.